

NOTAS E INFORMAÇÕES

O “locus” do poder

O observador atento e imparcial da política econômica que o governo Collor de Mello vem desenvolvendo nas relações com o Exterior não encontrará motivos aparentes para criticá-la. Sem dúvida, as negociações sobre o pagamento dos juros atrasados da dívida externa deram a impressão de que no governo se hostilizava a comunidade financeira internacional. Hoje, essa impressão parece superada e se poderia dizer que a política econômica exterior do governo Collor tendeu a favorecer a inserção do Brasil no mundo global da economia mundial. O fato de as tarifas alfandegárias ainda estarem no nível em que se encontram parece mais um ato de cautela, destinado a dar tempo às indústrias brasileiras para que se preparem para concorrência mais intensa, que manifestação de política contrária à liberdade de comércio.

Esse é um ponto a ser observado, especialmente agora que caminham em ritmo acelerado as negociações para a constituição do grande bloco econômico integrado pelo Canadá, pelos Estados Unidos e pelo México. Outro é o esforço que a diplomacia brasileira vem colocando na efetivação do Mercosul.

No pensamento, tanto de brasileiros quanto de argentinos, trata-se de fato de um bloco econômico, que retoricamente é apresentado à opinião pública como a resposta latino-americana aos dois grandes blocos já

praticamente constituídos (a Europa-92 e a América do Norte) e ao bloco informal que na Ásia gravita em torno do Japão. Muito da inspiração do Mercosul se apóia na idéia de que a globalização da economia impõe uma abertura tarifária e não tarifária sem limites para o Exterior. Ao lado dessa posição teoricamente justa (e em alguns casos politicamente necessária), existe de parte do Executivo, em Brasília, quando analisa a percepção que os países industrializados têm do Brasil, tendência a conceder antes de negociar, considerando que a demonstração de boa vontade criará as condições para que se pratique a reciprocidade reclamada há dias pelo presidente Collor de Mello. No caso da política nuclear (que, reconhecemos, tem pouco a ver com a realidade econômica) foi assim. Da mesma maneira, ao renunciar espontaneamente às vantagens que o artigo 18A do acordo do Gatt nos oferecia, contamos ser mais bem considerados pelo Norte. Essa atitude, que se aplica às relações com a Comunidade Econômica Européia (CEE) e com os Estados Unidos, esquece, no entanto, aquilo que o ex-presidente Lyndon Johnson gostava de ter como ponto de referência: “O poder está onde está o poder”.



É que, na verdade, relações econômicas internacionais, mesmo na fase da globalização da economia, são expressão de relações de poder entre as nações ou entre grupos de nações. A pujança industrial, tecnológica e financeira do Japão não é bastante para que Tóquio possa resistir às pressões dos Estados Unidos para abrir parte de seu mercado, mas basta para rejeitar pressões destinadas a eliminar o subsídio interno para o arroz.

Da mesma forma procedem os Estados Unidos, quando países em desenvolvimento reclamam (às vezes fingem protestar) do sistema de cotas ou outros tipos de barreiras não tarifárias à importação. Isso para não falar na Comunidade Econômica Européia, que lentamente, ao amparo de discurso liberal e antiprotecionista, se vai fechando na sua “fortaleza”, a *Europa Festung* dos anos 90.

É por compreenderem as lições de Johnson que os integrantes da Comissão Européia não hesitaram em amparar, diríamos praticamente financiar, com generosos subsídios (70% do valor) o investimento de US\$ 2,8 bilhões que a Volkswagen e a Ford decidiram realizar em Portugal. A generosidade da Comissão Européia — contra a qual recorreu uma empresa francesa con-

corrente — não se deveu aos belos olhos da VW e da Ford americana; foi motivada pela necessidade de criar as condições para vencer a concorrência japonesa no mercado europeu de automóveis.

O exemplo da associação VW-Ford em Portugal deveria ser analisado no Brasil, por quantos, especialmente o presidente da República, desejam que os países industrializados tratem aqueles em desenvolvimento com base na “reciprocidade”. Na verdade, num mundo em que os que têm poder impõem, em nome da soberania nacional, restrições alfandegárias e não tarifárias com objetivo de proteger determinados setores industriais (já não falamos da agricultura!) incapazes de competir num mercado absolutamente concorrencial, os que não têm o mesmo grau de poder devem precaver-se para não se transformar em exemplos de museu das teorias que se desenvolveram no Norte, mas nunca foram lá aplicadas à risca, porque os governos tinham clara visão do que fossem os interesses nacionais (muitas vezes confundidos com político-eleitorais). Os que têm poder apreciam os gestos de adesão dos menos fortes ao discurso globalizante que não praticam; apreciam, mas nada dão gratuitamente a título de reciprocidade. Assim procedem porque sabem que o mercado é finito, mas as ambições humanas ultrapassam seus limites.